

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
– CODEVASF**

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.214.595/0001-77, com sede na Rua Vicente Linhares, nº 500, sala 2207, bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza/CE, CEP: 60135-270, por seu representante legal, vem à presença dessa Comissão Julgadora, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.260.925/0003-50, com sede na Rua Itapoama, 1000, Galpão 8, bairro Itacibá, CEP 29155-795, Cariacica/ES, conforme razões a seguir expostas.

I. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

1. Na data de 16/10/2024, a empresa **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, foi intimada para, no prazo de 03 (cinco) dias úteis, apresentar contrarrazões em face do recurso apresentado pela Recorrente no processo licitatório.

2. Tendo em vista que a intimação ocorreu em 16/10/2024, o prazo final para apresentação de contrarrazões é dia 21/10/2024, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II. DOS FATOS

3. A Recorrida se consagrou vencedora do item 3, do Edital de processo licitatório em epígrafe.

4. A LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., apresentou recurso contra a **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, sob o fundamento de que foi desclassificada de forma irregular e que sua proposta não foi devidamente considerada.

5. Consequentemente, requereu que a Decisão que consagrou a ora Recorrida vencedora do certame seja suspensa, até que seja analisado o recurso apresentado, visando possibilitar a sua participação no processo licitatório.

6. Contudo sem razão a Recorrente, conforme será demonstrado a seguir.

III. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO

7. Em uma tentativa frustrada de desclassificar a Recorrida, a Recorrente aduz que sua desclassificação foi completamente irregular, requerendo a reforma da decisão que classificou e declarou a CM CCOMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, vencedora. Contudo, não há substrato fático probatório nas alegações da Recorrente, conforme demonstra a Recorrida de forma detalhada a seguir.

8. A Recorrente foi desclassificada, considerando a declaração de sua inidoneidade e da suspensão advinda do Acórdão 1997/2024 do Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela XCMG Brasil Indústria Ltda. acerca de possível fraude em licitação praticada pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., por meio da apresentação de declaração falsa no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para aquisição de retroescavadeiras hidráulicas; ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente; 9.2. rejeitar a defesa da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda.; 9.3. declarar a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992; 9.4.

dar ciência deste Acórdão ao responsável e interessados; e 9.5. arquivar os presentes autos.

(Acórdão nº 1997/2024, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, Tribunal de Contas da União, julgado em 25 de setembro de 2024). (Grifo nosso).

9. O Edital do presente certame, prevê nos critérios de habilitação, que é necessária a habilitação jurídica inclusive a consulta de possíveis sanções impostas ao licitante, conforme extrai-se da cláusula 10:

*[...]10.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame **ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); [...]

10. Ao analisar as propostas apresentadas o pregoeiro verificou que a ora Recorrente tinha sanções impostas, que prejudicavam sua inidoneidade, incluindo a suspensão de licitar pelo período de 5 anos.

11. Cabe ressaltar que tal punição foi imputada devido a acusação de fraude a licitação, já julgada pelo Tribunal de Contas da União, o que demonstra que a “acusação” é plenamente fáctica e substanciada.

12. Ainda, alega a Recorrente que o r. Acórdão não transitou em julgado, pois se encontra pendente de julgamento do recurso apresente, e, portanto, não poderia sofrer as penalidades nele definidas antes de seu devido trânsito em julgado.

13. No entanto, a Recorrente não comprovou que a sua classificação e vitória no certame não demonstrariam risco a Administração Pública, visto que, a qualquer momento, pode a ação ser transitada em julgada e invalidar completamente o negócio jurídico firmado. Neste caso, a Administração Pública seria obrigada a realizar novo procedimento licitatório.

14. Inexiste razão plausível pela qual o pregoeiro deva preferenciar a proposta de concorrente que seja declarada inidônea pelo TCU e suspensão de licitar com quaisquer órgãos da Administração Pública Federal.

15. No entanto, o Acórdão que declarou sua inidoneidade, foi julgado em 25/09/2024, sendo o Termo de Impedimento formalizado em 26/09/2024.

16. Além disso, a contratação de empresa inidônea, acarreta, inclusive, em sanções penais, conforme disposto no Código Penal, no art. 337-M:

Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Grifo nosso).

17. Outrossim, o art. 285 do Regimento Interno do TCU prevê que a interposição de recurso contra decisão definitiva deverá ser protocolada em até 15 dias corridos, contados a partir da ciência da comunicação eletrônica, conforme art. 183 do mesmo Regimento.

18. Todavia, a Recorrente não comprova a interposição de Recurso contra o referido Acórdão, muito menos a concessão do efeito suspensivo da decisão que aplicou a penalidade, medida essa que deveria ter sido realizada para fundamentar o Recurso ora contrarrazoado.

19. Haja vista o exposto, evidente que a desclassificação da Recorrente seguiu as disposições legais, buscando preservar o interesse da Administração Pública, devendo ser mantida a decisão que consagrou a Recorrida vencedora do processo licitatório.

IV. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

20. Conforme já delineado, o objeto central do Recurso contrarrazoado é requerer a desclassificação da Recorrida para viabilizar a análise da proposta da Recorrente.

21. No entanto, em atenção as sanções impostas tal medida afronta os princípios basilares da licitação, bem como em atenção as disposições do Edital e do Código Penal.

22. Nesse sentido entendeu o Tribunal de Justiça do Pará, ao decidir pela manutenção da desclassificação da licitante, pela inidoneidade da licitante,

resguardando os princípios e almejando evitar prejuízos aos cofres públicos, senão vejamos:

*DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA PENALIZADA COM BASE NA LEI Nº 8666/93, ART. 87, III. IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO DE LICITAR E CONTRATAR DECORRENTE DE PENALIDADE. PARTICIPAÇÃO EM PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA DESCLASSIFICADA COM FULCRO NO ART. 7º DA LEI Nº 10520/02. SUSPENSÃO DE DIREITOS EM LICITAÇÃO COM TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. PREPONDERÂNCIA DO INTERESSE PÚBLICO RESGUARDANDO OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MORALIDADE E EFICIÊNCIA. AFASTAMENTO DE NOVOS PREJUÍZOS AOS COFRES PÚBLICOS. **PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL DE QUE ESTARIAM IMPEDIDAS DE CONTRATAR/LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO AS EMPRESAS DECLARADAS INIDÔNEAS OU PUNIDAS COM SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR OU CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO SE A PUNIÇÃO FOSSE APLICADA POR QUALQUER DAS ESFERAS DE GOVERNO.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. PRECEDENTES DO COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

(TJ-PA - AI: 00837890820158140000 BELÉM, Relator: NADJA NARA COBRA MEDA, Data de Julgamento: 01/03/2018, 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Data de Publicação: 07/03/2018). (Grifo nosso).

23. No mais, com base no princípio da primazia do interesse público, não seria cabível classificar uma empresa que já possui uma decisão de suspensão de licitação, por fraude a licitação, visto que poderia impactar negativamente na licitação, obrigando o referido órgão, a realização de uma nova licitação.

24. Por conseguinte, não sendo demonstrado qualquer descumprimento do edital, deve ser mantida a decisão que classificou a proposta da Recorrida como vencedora, sendo totalmente improcedente o recurso interposto pela Recorrente.

V. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

25. Em face de todo o exposto, ressaltando o notável saber técnico dos membros da Comissão Julgadora e dos demais analistas que participaram do apoio à mesma, requer que seja indeferido o recurso proposto, conforme fundamentação exposta acima, mantendo-se a decisão que consagrou a Recorrida como vencedora do certame.



Termos em que pede e aguarda deferimento.

Blumenau/SC, 21 de outubro de 2024.

CM COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
CNPJ nº 49.214.595/0001-77